CORREIO POPULAR
Publicado em 04/02/2022 - 05:53

MP aperta o cerco contra quatro vereadores no caso 'rachadinha'

Diogo Zacarias

Ao todo, nove vereadores da Câmara Municipal de Campinas são acusados de reter parte de salários de seus assessores legislativos e também de funcionários indicados por eles para cargos em órgãos do poder público

Thiago Rovêdo
thiago.rovedo@rac.com.br

CÂMARA DE CAMPINAS

MP aperta o cerco contra quatro vereadores no caso 'rachadinha'

Denúncias contra eles evoluíram para Procedimentos Preparatórios de Inquérito Civil

Fotos: Câmara Municipal de Campinas

Jorge Schneider (PL)

Nelson Hossri (PSD)

Permínio Monteiro (PV)

Zé Carlos (PSB)

Denúncias contra quatro vereadores de Campinas acusados pela suposta prática de "rachadinha" — retenção de parte de salários de assessores — evoluíram para Procedimentos Preparatórios de Inquérito Civil (PPIC). Com isso, quatro vereadores poderão responder, em breve, em Inquéritos Civis: Jorge Schneider (PL), Nelson Hossri (PSD), Permínio Monteiro (PV) e Zé Carlos (PSB).

A confirmação de que as denúncias contra esses quatro vereadores, juridicamente chamadas como Notícias de Fato, se transformaram em Procedimentos Preparatórios de Inquérito Civil (PPIC) foi dada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). Se forem obtidos mais subsídios sobre as denúncias, o próximo passo é a abertura de Inquéritos Civis.

Segundo explicou o promotor público Angelo Carvalhaes, esse procedimento é instaurado "quando há necessidade de esclarecimentos preliminares para identificação do investigado ou para obtenção de elementos ou informações que demonstrem a possibilidade, em tese, da atuação do MP no âmbito da tutela de interesse difuso, seja ele coletivo ou individual".

Justiça nega pedido de liminar de vereador Otto Alejandro

Ao todo, nove vereadores de Campinas foram denunciados e estão sendo investigados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por supostamente ficarem com parte de salários de assessores.

Segundo o MP, a prática da "rachadinha" não seria restrita aos assessores dos gabinetes na Câmara Municipal de Campinas. É apurada também a suposta retenção de parte de salários de funcionários indicados pelos vereadores para cargos em outras esferas do poder público.

Um Inquérito Civil aberto

Até o momento, o Inquérito Civil já foi instaurado contra um dos nove vereadores: Otto Alejandro (PL). Ele chegou a ingressar com um pedido de liminar na Justiça requerendo o trancamento do Inquérito Civil e também para ter acesso às investigações do processo. Porém, Otto sofreu um revés na Justiça: o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Mauro Iuji Fukumoto, negou a liminar.

No pedido de liminar, Otto Alejandro alegou que todo cidadão brasileiro precisa primeiro saber sobre o que, e em quais circunstâncias, está sendo acusado, o que não ocorreu nessa investigação, já que ela tramita em segredo de Justiça.

Além disso, segundo a defesa, o Ministério Público abriu o Inquérito Civil baseado em denúncia anônima, o que é proibido pela nova lei de improbidade. O vereador alega que não se pode acusar e caluniar anonimamente um parlamentar, atacar sua reputação e honra, por meio de uma denúncia anônima.

"A justificativa que o vereador poderia comprometer as investigações não se sustenta, até porque nossa legislação é clara em dizer que alguns documentos até podem ser mantidos em sigilo, mas jamais todo o inquérito", afirmou o advogado de Otto, Renato Ribeiro de Almeida.

O pedido de liminar, de acordo com o juiz, foi indeferido porque não é vedado que o inquérito civil seja instaurado por denúncia anônima, além do que a denúncia foi corroborada por dois servidores ouvidos na Promotoria de Justiça.

"O Inquérito Civil é mero procedimento investigativo e, embora não se negue a possibilidade do exercício da ampla defesa, é cabível vedar provisoriamente o acesso aos autos, até que se consume alguma diligência que, de outra forma, teria sua finalidade frustrada", afirmou o juiz.

Vereador Otto Alejandro (PL) já é alvo de Inquérito Civil no MP

A defesa de Otto afirmou que as denúncias mostram que o vereador está sofrendo processo de perseguição política, resultando em inquérito aberto a partir de denúncia anônima vazia.

"A defesa lamenta a forma com que o inquérito está sendo conduzido até aqui. O MP é o fiscal da lei. E a investigação baseada em denúncia anônima é frontalmente contrária à nova lei de improbidade. É só ler a lei. Não resta dúvida. E não dar acesso ao parlamentar ao teor da investigação apenas e tão somente mina a credibilidade da própria investigação", disse o advogado.

Em apuração

As representações envolvendo a prática de "rachadinha" por vereadores de Campinas foram todas anônimas e começaram em novembro com o vereador Filipe Marchesi (PSB). Folhetos anônimos, com a foto do parlamentar foram espalhados na região do bairro São José, reduto eleitoral do parlamentar.

As investigações sobre ele e os vereadores Gustavo Petta (PCdoB), Marcelo Silva (PSD) e Edison Ribeiro (PSL) seguem em apuração. Eles também negaram a prática de rachadinha na ocasião das denúncias. O promotor informou que pediu prorrogação de prazo para conclusão do caso.

O vereador Nelson Hossri negou as acusações e disse que já apresentou todo o extrato bancário dele e de seus assessores. O parlamentar disse que a denúncia partiu de um ex-assessor que não aceitou ser demitido. "Toda minha equipe está à disposição do Dr Ângelo", afirmou.

Jorge Schneider disse que o Ministério Público tem que apurar todos os fatos. "Mas estou tranquilo, pois não é minha prática."

O vereador Zé Carlos também negou todas as acusações e afirmou estar tranquilo quanto ao seu processo de defesa. Já Permínio Monteiro disse que não irá se pronunciar sobre a investigação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 5

Copyright © Clipclap 2025.